

Câmara cassará mesmo deputado, avisa Inocêncio

BRASÍLIA — O presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), afirmou ontem que a cassação do mandato do deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) “é inevitável”, e que a Câmara não se limitará a essa punição: instaurará também um inquérito policial para que o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) seja ressarcido dos prejuízos causados pela malversação de seus fundos quando Faria o presidiu.

Oliveira esperava encaminhar ainda ontem à Comissão de Justiça da Câmara o relatório da auditoria no IPC, com o pedido de cassação do mandato do parlamentar. Esse relatório, no entanto, só deverá ficar pronto na próxima semana, uma vez que o atual presidente do Instituto, senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), insiste em que o deputado Gustavo de Faria seja ouvido novamente, o que só deverá ocorrer na próxima semana.

Bacelar quer ouvir também o ex-vice-presidente do IPC, senador Odacir Soares (PFL-RO), e o ex-tesoureiro, senador João Lobo (PFL-PI), além do ex-diretor executivo, Arnaldo Gomes. Este último foi citado nos depoimentos colhidos ontem como o responsável pelos contatos com a Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais (Fundasemg), para a venda de Títulos da Dívida Agrária e obrigações da Eletrobrás.

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, respondendo a consulta feita por Bacelar, informou ontem que o valor de mercado de um título da Eletrobrás, em 30 de agosto de 1988, era de Cz\$ 8,10. Gustavo de Faria pagou nessa data mais de Cz\$ 1 bilhão — mais exatamente Cz\$ 1.312.172.809, por 43.018,50 obrigações da Eletrobrás, cujo valor de mercado era na verdade Cz\$ 348.449.850 — causando ao IPC, só com esta operação, um prejuízo de Cz\$ 763.722.959.

Em vista das irregularidades que estão surgindo com a auditoria instaurada pelo Congresso, Ruy Bacelar pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU), que participe das investigações sobre as aplicações financeiras dos recursos do IPC feitas por Faria quando presidia a instituição. Ontem foram ouvidos pelos auditores o empresário Marcos Modiano, da Rural e Colonização S.A., e Márcio Valadares, ex-presidente da Fundasemg, afastado do cargo após a denúncia de fraude na operação de vendas de títulos da Eletrobrás ao IPC.